

1 Ata da 4ª (quarta) reunião ordinária de 2016 do Conselho Municipal de Saúde de Sorocaba, realizada nas dependências do Salão
2 de Vidro da Prefeitura Municipal de Sorocaba, no dia 20 de Abril de 2016, com início às 19h40min. O Sr. Presidente do Conselho e
3 também Secretário Municipal de Saúde, Dr. Francisco Fernandes, cumprimenta a todos os presentes, e convida dos Conselheiros
4 da Comissão Executiva a tomar assento na Mesa Diretora dos trabalhos. Procede-se com a inscrição de interessados para informes
5 e assuntos gerais e, ato contínuo, passa-se então a apreciação do primeiro item da pauta: Informes e assuntos gerais. Conselheiro
6 André informa que representa também o SindSaúde, e que há uma luta pela reposição salarial da categoria dos funcionários
7 estaduais da saúde. Fala que o Governo do Estado de São Paulo não dá aumento real já há 06 (seis) anos, e que o SindSaúde pede
8 aumento real da ordem de 40%. Pede licença para distribuir jornal informativo do SindSaúde SP, com maiores detalhes das
9 requisições e lutas da classe. Informa que o Conselheiro Luiz Fernando Seidl não pode estar presente à reunião, mas solicitou que
10 desse a informação de que a Câmara Municipal já analisou o teor do documento do Conselho a respeito da alteração do
11 Regimento do órgão, e que o entendimento é que o próprio Prefeito tem a prerrogativa de legislar sobre o tema. Conselheiro José
12 William relembra que solicitou informações da produção de odonto desde a última prestação de contas, e que não obteve
13 resposta. De igual forma, diz que também não teve retorno do SAMU, quando ao pedido de elaboração de documento formal
14 sobre a inexistência de equipe de retaguarda adequada para receber certos casos atendidos pelo SAMU. Pede ainda moção de
15 apoio do Conselho no que diz respeito a sensibilizar o executivo a implantar mais 08 leitos no GPACI, haja vista que a entidade já
16 provou a qualidade de seus serviços. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Dr. Francisco
17 Fernandes, informa que já houve autorização do Sr. Prefeito para concluir a reforma que já está em andamento no GPACI para
18 esta finalidade, e que as tratativas internas para liberação dos recursos futuros já estão sendo realizadas. Informa sobre as
19 dificuldades orçamentárias, e que não há previsão para cobrir novas despesas na saúde além das já existentes, mas que o assunto
20 é de fato relevante e vem sendo discutido com a seriedade e brevidade necessária. Sra. Maria de Jesus, ex-conselheira de saúde,
21 questiona a respeito da existência de planejamento para reforma da UBS Lopes de Oliveira, com sua pertinente ampliação. Versa
22 a respeito também da regularização dos Conselhos Locais de Saúde, bem como do novo Regimento do Conselho Municipal de
23 Saúde. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Dr. Francisco Fernandes, informa que existem
24 previsão de recursos do requalifica UBS, oriundo do Ministério da Saúde, para reforma em 17 unidades, dentre elas, o Lopes de
25 Oliveira. Fala que existe um cronograma de obras, e que a intenção é de finalizar as reformas até o mês de novembro do presente
26 ano, conforme cronograma já estabelecido conforme prioridade das instalações. Relembra que já foram realizadas reformas na
27 UBS Brigadeiro Tobias, Vila Sabiá, Nova Esperança, Aparecidinha, e algumas intervenções no telhado do Vila Fiore. Em relação a
28 normatização dos Conselhos Locais, Conselheiro Eduardo Golob esclarece que já estão sendo adotadas as tratativas pertinentes
29 no sentido de formalizar a existência e atuação dos Conselhos Locais, e esta deve ocorrer ainda no primeiro semestre de 2016. Em
30 relação ao Regimento Interno do Conselho, informa que houve novas discussões junto ao Sr. Prefeito Municipal, e que
31 possivelmente seja colocado em vigência o novo documento, nos termos aprovados em plenária. Conselheiro Milton Sanches
32 parabeniza o Hospital Santa Lucinda, em nome também do Conselheiro Adenilson, pelos 66 anos de exitosa existência da
33 instituição. Questiona acerca dos pagamentos realizados à nova organização que está gerenciando o Hospital Vera Cruz, APGP.
34 Questiona, ainda, a respeito do pagamento pendente aos trabalhadores do Vera Cruz, ainda em relação ao contrato de trabalho
35 do Instituto Moriah, lembrando que a primeira parcela, que deveria ocorrer no dia 15, já não foi respeitada. Sr. Ailton, Gestor
36 Financeiro da Secretaria da Saúde, informa que de fato houve problema no fluxo de pagamento à APGP, mas que esta foi resolvida
37 nesta semana para pagamentos nos dias 05, 15 e 25, e que já foi realizado pagamento nesta semana, e que o cronograma deverá
38 se manter. Em relação aos pagamentos dos trabalhadores do Hospital Vera Cruz no contrato do Moriah, esclarece que estes
39 ficaram condicionados ao recebimento das verbas ministeriais, que ocorrem toda terça feira, e que o cálculo muda diariamente,
40 mas que na próxima quarta-feira o pagamento será realizado. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de
41 Saúde, Dr. Francisco Fernandes, deixa claro que embora a Secretaria da Saúde possua orçamento, ela depende da realização
42 financeira em conta para poder honrar os compromissos, e que infelizmente estão ocorrendo atrasos de alguns dias junto a
43 alguns prestadores, em virtude das dificuldades financeiras pela qual passa todo o País. Conselheiro Milton Sanches relembra que

44 estes funcionários, em grande parte, são os mesmos que trabalharam com o Moriah e hoje trabalham para a APGP, e que
45 havendo atraso de parte de ambos, a situação fica bastante complicada. Conselheiro José Murayama faz crítica a equipe do
46 SAMU, em virtude de caso pontual ocorrida no bairro Vila Haro, em que havendo o acionamento da equipe do SAMU pela própria
47 UBS, às 14h40, a ambulância só chegou às 17h30. Versa a respeito da transferência da ortopedia da UPH Zona Leste para a Santa
48 Casa, anunciada para ocorrer no dia 30, questionando se a Santa Casa está preparada para receber tal demanda. Conselheiro
49 Alexandre informa que iniciou os trabalhos da Comissão de RH do Conselho, oportunidade em que entrega as atas e listas de
50 presença ao Secretário Executivo do Conselho, para ciência e guarda. Informa que as reuniões ocorrem todas as primeiras
51 segundas-feiras, às 09h30, na residência da Conselheira Márcia Niterói, com endereço a ser divulgado por e-mail a todos os
52 conselheiros. Diz a respeito das queixas recebidas de diversos funcionários públicos, em algumas categorias, a respeito das
53 transferências e remoções do local de trabalho destes servidores, e que a normatização atualmente vigente, implementada pela
54 própria Prefeitura, não vem sendo observada, e outras questões não estão devidamente regulamentados. Informa que protocolou
55 documento junto à Secretaria Executiva do Conselho, solicitando informações neste sentido. O Sr. Presidente do Conselho e
56 também Secretário Municipal de Saúde, Dr. Francisco Fernandes, tece breves esclarecimentos a respeito da dificuldade de
57 reposição de funcionários via chamamento de concurso público, que em razão das dificuldades orçamentárias, não estão sendo
58 realizadas. Diz que, em virtude disto, existem realocações de funcionários onde há em excesso, para melhor equilíbrio das equipes
59 por toda a rede municipal de saúde. Conselheiro Alexandre diz que não se discute a necessidade de se promover realocações, mas
60 que haja um critério justo de parte a parte, sem privilégios ou retaliações. Diz, ainda, a respeito do deliberado em reunião de
61 Novembro de 2015, a respeito da recomposição dos membros da Comissão Executiva. Conselheiro Eduardo Golob sugere pautar o
62 assunto para discussão na próxima reunião ordinária, estando todos os presentes de acordo. Conselheiro Francisco Valério diz que
63 teve reunião na terça-feira, no 6º andar do Paço Municipal, para discussão a respeito da situação difícil da saúde do município.
64 Versa a respeito da figura do atual Secretário da Saúde, o qual herdou a atual situação, e embora seja uma pessoa competente, a
65 situação ainda se mostra difícil. Versa a respeito, especificamente, da situação da Santa Casa de Sorocaba, e da superlotação
66 constante do Hospital, e que isso acarreta a falta de insumos e outros. Sr. Lincoln Bezerra, ex-conselheiro de saúde, também versa
67 sobre a figura do atual Secretário da Saúde, corroborando o entendimento do Conselheiro Francisco Valério no sentido da
68 capacidade e empenho do Dr. Francisco Fernandes, mas que a política municipal do atual governo terminou por agravar os
69 problemas da saúde, de tal forma que não há gestão capaz que possa solucionar o problema no atual modelo político do governo
70 municipal. Versa que se houver estrutura adequada na Santa Casa para o atendimento da ortopedia, haverá a solução definitiva
71 do problema na cidade, pela capacidade dos profissionais existentes na cidade. Em não havendo novas manifestações ou inscritos
72 em informes e assuntos gerais, passa-se então a apreciação do segundo item da pauta: Aprovação da ata da última reunião
73 ordinária, realizada no dia 16 de Março de 2016, já devidamente encaminhada anteriormente aos Srs. Conselheiros. Conselheiro
74 Eduardo Golob menciona que a ata já foi previamente encaminhada e passível de algumas correções, alterações e inclusões
75 sugeridas, e que estas foram realizadas e reenviadas a todos os Conselheiros, para ciência. Questiona se ainda existem pendências
76 ou apontamentos pertinentes e, em não havendo manifestações, coloca a mesma em votação, sendo esta aprovada por
77 unanimidade. Passa-se então a apreciação do terceiro item da pauta: Apresentação da prestação de contas da pediatria de
78 urgência e emergência do Hospital do Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil – GPACI. O Conselheiro Ricardo Diacov
79 inicia a sua apresentação, informando que o período pertinente ao último mês do quadrimestre ainda está em fechamento pela
80 Secretaria da Saúde, motivo pelo qual este período não é contemplado na atual apresentação. Demonstra a disponibilidade atual
81 dos leitos do GPACI, e que possui projetos a serem encaminhados à Secretaria, no sentido de ampliar a capacidade e o número de
82 leitos do Hospital. Apresenta as instalações físicas do Hospital para atendimento da pediatria, bem como as especialidades das
83 equipes médicas e multiprofissionais do GPACI, bem como todo o quadro de RH para atendimento da contratualização com o
84 município. Versa que toda a estrutura e quadro de recursos humanos demandam despesas e gastos inerentes, e que estas estão
85 em equilíbrio com as receitas do Hospital, sendo que o planejamento de expansão sempre leva em conta a capacidade de
86 financiar as ações pertinentes. Expõe os valores dos recursos repassados ao GPACI, desde Outubro de 2015 até o presente

87 momento, informando o total ainda a receber. Passa a apresentar o demonstrativo de atendimento da UTI Pediátrica e do
88 atendimento de urgência e emergência, desde os últimos 17 dias de Outubro de 2015 até o presente momento. Chama a atenção
89 para o fato de que a taxa de ocupação de leitos mostra-se compatível com o pactuado junto ao município, mas que os leitos de
90 retaguarda se faz primordial para a manutenção dos bons trabalhos desempenhados pela entidade, já que a expectativa de
91 crescimento no atendimento. Versa a respeito das realizações de exames e das consultas em gerais, destacando em especial as
92 consultas de neurologia pediátrica, contribuindo para a redução na fila de espera da demanda reprimida do município, e que
93 estas são encaminhadas de forma regulada. Apresenta a média de funcionário por leito, sendo o total atual de 227 funcionários
94 para atendimento de 64 leitos, resultando na média de 3,55 funcionários por leito. Demonstra planilha geral de valor aplicado,
95 envolvendo insumos e medicamentos, resultando no total de despesas e de recursos públicos e não públicos utilizados, bem
96 como valor autorizado para aplicação no exercício seguinte. Ressalta que esta planilha é a padrão utilizada para prestação de
97 contas junto a fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, onde os dados são analisados mensalmente. Demonstra o relatório
98 gerencial contábil do Hospital GPACI, para o ano base 2016, englobando todo o planejamento, receita, despesas, tanto SUS como
99 não SUS. Revela que o total de despesas estimado para o Hospital é da ordem de R\$ 22.000.000,00, e que as receitas estimadas,
100 desde que não haja imprevistos, deverá cobrir as despesas. Informa, por fim, que o serviço vem sendo prestado de forma
101 adequada, e que embora tenham ocorridos alguns problemas pontuais no início, todos foram resolvidos. Compromete-se a
102 encaminhar aos conselheiros a complementação dos valores financeiros, tão logo haja o fechamento pela Secretaria da Saúde.
103 Conselheiro José William questiona se a média de pacientes por leito engloba todo o Hospital, ou só o atendimento SUS.
104 Conselheiro Ricardo Diacov informa que a média se aplica a todo o Hospital, SUS e não SUS. Conselheiro José William questiona
105 se há planilhamento dos gastos específicos com o atendimento SUS, para gestão do Hospital, sendo respondido afirmativamente
106 pelo Conselheiro Ricardo Diacov, que complementa que tal separação é necessária para prestação de contas dos recursos SUS.
107 Conselheira Márcia Niterói questiona se a Comissão que analisa a prestação de contas é do Conselho. Conselheiro Ricardo Diacov
108 informa que não, que trata-se de Comissão de Acompanhamento da Contratualização, pela equipe de fiscalização da Secretaria da
109 Saúde. Conselheira Márcia Niterói questiona se os atendimentos pediátricos, de urgência e emergência, é realizada integralmente
110 por encaminhamentos da central de regulação, sendo respondida positivamente pelo Conselheiro Ricardo Diacov. Conselheiro
111 Zanzarini pede consignar em ata seus votos de parabéns ao Hospital GPACI, pela administração da taxa de ocupação do Hospital, o
112 que demonstra a competência da entidade. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Dr. Francisco
113 Fernandes, agradece ao Sr. Carlos Camargo Costa, Presidente do GPACI, bem como ao Conselheiro Ricardo Diacov, por todo o
114 empenho em concretizar a contratação ora apresentada. Diz acreditar que o GPACI ganhou muito com a parceria junto ao
115 município, mas que o município ganhou ainda mais, pelo salto de qualidade no atendimento pediátrico e a boa gestão
116 desempenhada, ganhando então, por fim, todos os cidadãos SUS dependentes. Versa a respeito da dificuldade atual no fluxo de
117 caixa da Secretaria da Saúde em honrar os repasses, infelizmente ocorrendo atrasos pontuais de alguns dias por vezes, motivo
118 pelo qual formaliza suas desculpas, em que pese se tratar de situação que, em regra, foge do controle da Secretaria da Saúde.
119 Passa-se então a apreciação do quarto item da pauta: Indicação de Conselheiros Municipais de Saúde para integrar a composição
120 do Conselho de Administração do Hospital Santa Lucinda (01 titular e 01 suplente). A Conselheira representante do Hospital Santa
121 Lucinda passa algumas informações gerais acerca do funcionamento do Conselho de Administração, e coloca-se a disposição para
122 esclarecer eventuais dúvidas. Conselheiro Eduardo Golob questiona se existem conselheiros candidatos a ocupar a
123 representatividade, apresentando-se o Conselheiro José Murayama para sua recondução, e Conselheiro Milton Sanches em sua
124 suplência. Colocada as representatividades em votação, esta foi aprovada por unanimidade, nestes termos. Passa-se então a
125 apreciação do quinto item da pauta: Informação de atualização a respeito da situação da habilitação, junto ao Ministério da
126 Saúde, do SAMU 192 – Regional de Sorocaba. Sr. Glauco Parrillo, gestor do SAMU 192, traça breve histórico do funcionamento do
127 SAMU 192 Regional, desde sua implantação. Informa que desde então o SAMU atuou como Regional, sem ser, entretanto
128 formalmente habilitado junto ao Ministério da Saúde até o presente ano. Versa a respeito de todas as adequações necessárias, e
129 os repasses pertinentes após habilitação. Demonstra o relatório da visita técnica elaborado pelo Ministério da Saúde, de forma

130 minuciosa, lembrando que o documento já foi disponibilizado via e-mail a todos os Conselheiros. Versa que atualmente o
131 município aguarda apenas a formal publicação da Portaria, para então começar a receber os repasses pertinentes. Aproveita a
132 oportunidade para apresentar o novo Coordenador Médico do SAMU, Dr. Paulo Sampaio, que tem experiência na Central de
133 Regulação de Vagas, e pode vir a contribuir com a equipe. Conselheiro José William questiona se atualmente o município ainda
134 atende os municípios não habilitados no SAMU Regional, e em não havendo a habilitação, se continuará a atender. O Sr.
135 Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Dr. Francisco Fernandes, informa que o SAMU local remunera
136 ao município algo próximo de R\$ 1.500.000,00 por ano, e o custo é de R\$ 12.000.000,00. Versa a respeito do atendimento e
137 estrutura existente acima do preconizado pelo Ministério da Saúde. Diz que, com a habilitação, haverá o recebimento de cerca de
138 outros R\$ 200.000,00 por mês, cerca de mais R\$ 2.400.000,00 por ano. E se o SAMU for qualificado, isso representará mais R\$
139 2.400.000,00 complementares. Informa que aguarda a visita técnica do Ministério aos demais município, que ocorrerá ainda no
140 primeiro semestre de 2016, e que se os demais municípios não se adequarem, deixarão de fazer parte do SAMU Regional de
141 Sorocaba, uma vez que os recursos do município de Sorocaba não serão cortados, mesmo que os demais municípios não se
142 habilitem. Sr. Lincoln Bezerra, ex-conselheiro de saúde, questiona a respeito da retenção de macas do SAMU nas unidades de
143 urgência e emergência. Questiona, ainda, a respeito da ambulância branca, e se os motoristas possuem os cursos pertinentes para
144 condução deste tipo de veículo. Dr. Paulo Sampaio, Coordenador Médico do SAMU, revela que assumiu há cerca de 1 (um) mês o
145 serviço, e que ainda está reorganizando o mesmo. Revela que infelizmente ainda existem, em curtos períodos de tempo, mas em
146 ocorrências diárias, pontuais retenções de macas, em virtude da ausência de leitos nas unidades que acolhem os pacientes
147 levados pelo SAMU. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Dr. Francisco Fernandes, informa que
148 o CREMESP publicou uma nota a respeito deste assunto, versando que infelizmente este é um problema de todo o País, e não
149 somente de Sorocaba. Diz que a equipe tem conseguido contornar, de forma razoável, os problemas pontuais a respeito do
150 assunto. Em relação as ambulâncias brancas, informa desconhecer que exista empresa terceirizadas prestando serviços. Diz que
151 todos os motoristas são formalmente habilitados para tal função, mas que há a necessidade de contratação de novos motoristas
152 em função do alto número de horas extras, mas que no atual momento tal ação é inviável. Conselheiro Francisco Valério informa
153 que pacientes atendidos pelo SAMU 192 são levados para a Santa Casa, e então somente posteriormente regulados para outros
154 serviços de referência que realmente necessitam. Cita como exemplo um paciente que precise de cateterismo, e que é removido
155 para a Santa Casa, para somente posteriormente ser regulado para o Santa Lucinda, que é a referência. Dr. Paulo Sampaio informa
156 que, quando existe a vaga, ela já é regulada rapidamente, e o paciente é sim levado para o hospital de referência. Contudo,
157 informa que infelizmente é raro já haver a disponibilização imediata de vaga, motivo pelo qual o paciente é levado para Hospital
158 Geral, para seu primeiro atendimento. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Dr. Francisco
159 Fernandes, ainda relembra que é necessário que o paciente esteja estável em seu quadro clínico, e que isto é executado no
160 Hospital da Santa Casa, para posterior regulação da vaga ao hospital de referência. Versa que, a média de cateterismo, tem sido
161 mantida dentro dos 10 primeiros dias após o enfarte. Solicita auxílio do Conselho para, com ajuda até dos vereadores, questionar
162 a DRS-XVI o motivo pelo qual não existem mais locais habilitados para realização de cateterismo, para regulação de munícipes
163 Sorocabanos via CROSS. Conselheiro José William sugere a formação de Comissão para este encaminhamento, correndo e-mail a
164 todos os Conselheiros que desejem participar. Passa-se então a apreciação do sexto item da pauta: Informação a respeito do
165 atendimento de ortopedia no município de Sorocaba. O Presidente do Conselho e Secretário de Saúde, Dr. Francisco Fernandes,
166 relembra breve histórico a respeito do atendimento de ortopedia via SUS, até mesmo antes de assumir a Secretaria da Saúde. Fala
167 que houve proposta da UPH Zona Leste atender os casos de ortopedia, e em face das dificuldades naquele momento, assim foi
168 contratado. Versa que, em advindo a requisição da Santa Casa, planejasse o encaminhamento de casos de fratura para
169 atendimento na Santa Casa, face a estrutura já existente no Hospital, melhorando assim a qualidade do atendimento. Diz que do
170 total de atendimentos de ortopedia informados, na ordem de 6 mil mensais, apenas parte – cerca de 2 mil – representam
171 problemas efetivos de fratura e trauma, e o restante não apresenta necessidade de atendimento ortopédico. Informa que houve
172 reunião com toda a equipe envolvida no assunto no município, e que não houve nenhum apontamento divergente do

173 planejamento, nem mesmo por parte do BOS, que gerencia a UPH Zona Leste. Informa que haverá nova reunião com essa equipe
174 na Segunda Feira, e convida a um ou dois conselheiros interessados em participar dessa reunião, em que haverá análise conjunta
175 da administração da UPH Zona Leste e da administração da Santa Casa, para final alinhamento das questões pertinentes. Diz ainda
176 que, somente posteriormente, será realizado a formalização do ajuste contratual, uma vez que até o presente momento, ainda
177 não houve a tomada final da decisão. Dr. Eduardo Vieira, ex-conselheiro, relembra que houve aditivo no contrato com o BOS para
178 esse atendimento de ortopedia. Dr. Francisco Fernandes diz que, em havendo a formalização da alteração do atendimento, este
179 valor será suprimido do contrato e deixará de ser repassado. Dr. Eduardo Vieira questiona se existe estudo de assumir esta
180 demanda diretamente pela Prefeitura. Dr. Francisco diz que atualmente não vislumbra número necessário para tal, mas que a
181 vazão poderá ser feita através dos médicos da Policlínica. Conselheiro Dr. José William questiona onde serão atendidos os
182 pacientes restantes, que não se enquadrem como fratura ou trauma. Questiona, ainda, se a estrutura da Santa Casa está
183 adequada para esta finalidade. Dr. Francisco Fernandes diz que o atendimento da Santa Casa será para os casos graves, e a
184 estrutura comporta. Revela que, os casos ditos clínicos, serão atendidos pela rede de pronto atendimento da cidade, para análise
185 por médico clínico geral e medicação pertinente, tal como ocorre normalmente no País. Informa que poderá demonstrar ao
186 Conselho toda a alteração que for realizada, caso as mesmas se concretizem. Conselheiro Eduardo Golob questiona se existem
187 conselheiros interessados em acompanhar a reunião que ocorrerá na próxima segunda-feira, 14h, na Secretaria da Saúde,
188 disponibilizando-se os Conselheiros Milton Sanches, Francisco Valério e Silvana Vieira. Colocado o nome dos mesmos em votação,
189 foram aprovados por unanimidade. E, às 22h00min, como nada mais foi acrescentado à reunião, eu, Conselheiro Eduardo Golob
190 que secretariei a presente reunião, Dr. Francisco Fernandes que a presidiu, e membros da Comissão Executiva que integraram a
191 Mesa Diretora dos trabalhos, demos a presente reunião por encerrada.